des da verba do capítulo 2.º, artigo 18.º, da tabela de distribuição da despesa do Ministério do Fomento para o actual ano económico.

Paços do Governo da República, em 28 de Abril de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*José Estêvão de Vasconcelos*.

Ex.º Sr.—Por ocasião das cheias do Tejo tiveram de ser prestados serviços extraordinários por uma parte do pessoal em serviço nesta Direcção e principalmente pelo que sorve nas 2.ª e 3.ª Secções, em cujas áreas estão situadas as obras mais importantes.

Na 3.ª secção, a secretaria em Santarém tem de conservar-se em serviço permanente durante dias sucessivos; e alguns chefes de conservação e apontadores desta e da 2.ª secção tem de fazer serviço aturado e por vezes arriscado de dia e de noite para a necessária vigilância e defesa das obras e para os socorros e salvamento de pessoas e gados, dos campos.

Tem sido por isso de uso abonar-se a este pessoal uma gratificação correspondente às noites de serviço, documentando a despesa pela verba destinada ao serviço das cheias, pelo qual é pago o pessoal jornalheiro empregado em tal serviço.

Nas cheias do último inverno, as importâncias para tal fim destinadas ao pessoal de secretaria e de conservação, propostas pelos chefes da 2.ª e 3.ª secções, são as seguintes:

2.ª secção — Cheia de Fevereiro de 1912 . . .	17\$400
3.ª secção:	
Cheia de Dezembro de 1911	19\$760
Cheia de Fevereiro de 1912	112\$160
Soma	149\$320

Na importância a que em meu officio n.º 36-A, desta data, propus que fosse elevada a verba destinada ao pagamento das despesas das cheias, contei com a quantia acima indicada, para o caso de ser superiormente autorizado o respectivo abono, aguardando, porém, qualquer resolução que V. Ex.ª tenha por conveniente comunicar-me.

Em relação à cheia anterior, de Dezembro de 1910, foi o abono correspondente autorizado por despacho de 17 de Fevereiro de 1911.

3.ª Direcção de Serviços Fluviais e Marítimos, em 6 de Abril de 1912.—O Engenheiro Director, *José Maria Cordeiro de Sousa*.

Os encargos da presente proposta, na importância de cento e quarenta e nove mil trezentos e vinte réis, poderão ser custeados pelas disponibilidades da verba do capítulo 2.º, artigo 18.º da tabela da distribuição da despesa deste Ministério, para o actual ano económico, nos termos da consulta do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 13 do corrente.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 20 de Abril de 1912.—Pelo Chefe da Repartição, *António Ortigão Peres*.

Nesta proposta acha-se exarado o despacho do teor seguinte: Autorizo.—22 de Abril de 1912.—*Estêvão de Vasconcelos*.

Sob proposta do Ministro do Fomento, e nos termos do disposto no § 2.º do artigo 52.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, e atendendo às informações das Direcções de Obras Públicas dos distritos do Porto, Coimbra, da 2.ª e 3.ª de Lisboa, da 4.ª circunscrição das inspecções permanentes e da comissão de verificação da resistência das pontes e construções metálicas, acreea da necessidade de serviços extraordinários a executar, além das horas regulamentares do expediente, por urgência de serviço durante o segundo semestre do corrente ano económico:

Hei por bem, conformando-me com as referidas informações, decretar que, para remuneração daquales trabalhos, seja autorizada a quantia de 398\$000 réis, paga pela respectiva verba inscrita no capítulo 1.º, artigo 4.º da tabela da distribuição da despesa do Ministério do Fomento para o actual ano económico, por onde devem ser custeados os respectivos encargos, devendo a concessão das gratificações ser distribuída na conformidade da proposta da 9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública sobre as supraditas informações.

Paços do Governo da República, em 4 de Maio de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*José Estêvão de Vasconcelos*.

Determinou V. Ex.ª que esta Repartição arquivasse todas as propostas recebidas para concessão de gratificações por trabalhos extraordinários, a fim de, oportunamente, lhe ser dado seguimento.

Distando apenas dois meses da conclusão do actual ano económico, parece a esta Repartição ser esta a oportunidade para ser tomada qualquer resolução sobre o assunto, pois que em 30 de Junho próximo caducam as autorizações parlamentares para applicação das verbas do Orçamento em vigor, pelo que, em harmonia com as propostas existentes e com o saldo disponível da verba do capítulo 1.º, artigo 4.º, da tabela da distribuição da despesa do Ministério do Fomento, para o actual ano económico, por onde devem ser custeados os respectivos en-

cargos, tenho a honra de propor a V. Ex.ª a concessão das seguintes gratificações em cada um dos meses de Maio e Junho próximos:

Inspeções permanentes de obras públicas:	
Amândio Augusto de Almeida Campos, apontador de 2.ª classe	12\$000
Direcção das Obras Públicas do distrito do Porto:	
Estêvão Pinheiro Rodrigues de Carvalho, es- criturário de 1.ª classe	15\$000
Álvaro de Sousa, idem de 2.ª classe	12\$000
2.ª Direcção das Obras Públicas do distrito de Lisboa:	
José Carlos Lagrange, chefe de expediente da Direcção	10\$000
Manuel António Máximo, escrevente	10\$000
Eduardo G. S. F. Simões, encarregado de expediente da 2.ª Secção	8\$000
António Francisco Gonçalves, encarregado da contabilidade da 2.ª Secção	10\$000
Direcção das Obras Públicas do distrito de Coimbra:	
Augusto António dos Reis, desenhador de 2.ª classe	10\$000
Adelino de Sousa Maia, es- criturário de 1.ª classe	10\$000
Adelino Abílio de Sousa, es- criturário de 2.ª classe	10\$000
Francisco Pinto Marques dos Santos, apontador de 3.ª classe	8\$000
Agostinho da Costa Alcântara, escrevente	8\$000
3.ª Direcção de Obras Públicas do distrito de Lisboa:	
Joaquim Luís Cardoso, es- criturário de 2.ª classe	15\$000
Augusto da Costa Rito, encarregado da contabilidade	15\$000
Tomás Vargas da Costa, desenhador de 2.ª classe	10\$000
Alfredo Jaime Carneira, es- criturário de 2.ª classe	10\$000
João Manuel Vicente, apontador de 2.ª classe	8\$000
José das Neves, apontador de 3.ª classe	8\$000
Comissão de Verificação de Resistência das Pontes e Construções Metálicas:	
António Serra, escrevente	10\$000
Total — Réis.	199\$000

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 30 de Abril de 1912.—Pelo Chefe da Repartição, *António Ortigão Peres*.

Nesta informação foi lavrado o seguinte despacho: Conformer-me.—2-5-912.—*Estêvão de Vasconcelos*.

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos:

Maio 13

Barnabé da Costa Roxo, condutor de 1.ª classe da secção de obras públicas do quadro auxiliar do corpo de engenharia civil em serviço na Direcção Fiscal de Exploração dos Caminhos de Ferro—concedidos quinze dias de licença para se tratar, ficando obrigado ao pagamento do sêlo respectivo nos termos do decreto de 16 de Junho de 1911.

Maio 14

António Sanches, desenhador de 1.ª classe do quadro auxiliar do corpo de engenharia civil em serviço na Direcção das Obras Públicas do distrito do Porto—concedidos trinta dias de licença para se tratar, ficando obrigado ao pagamento dos respectivos emolumentos e sêlo nos termos da alínea a) do artigo 2.º do decreto de 16 de Junho de 1911 e de outro decreto da mesma data.

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, em 14 de Maio de 1912.—O Director Geral, *Francisco da Silva Ribeiro*.

Repartição de Minas

1.ª Secção

Manuel de Arriaga, Presidente da República Portuguesa, pelo voto da Assembléa Nacional Constituinte, faço saber aos que isto alvará virem, que, tendo-me sido presente o requerimento em que a Sociedade L'Urane, E. Urbain, A. Feigu & C.ª pede a concessão da mina de urânio de Lanchais, situada na freguesia de Aguas Belas, concelho de Sabugal, distrito da Guarda:

Considerando que a requerente obteve o diploma de descobridora legal desta mina em portaria de 16 de Junho de 1911 e satisfaz a todos os preceitos da lei e regulamento de minas;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas;

Hei por bem, conformando-me com a mencionada consulta, conceder definitivamente, por tempo ilimitado, à Sociedade L'Urane, E. Urbain, A. Feigu & C.ª, a propriedade da mina de urânio de Lanchais, situada na freguesia de Aguas Belas, concelho do Sabugal, distrito da Guarda, com a demarcação indicada na citada portaria de 16 de Junho de 1911.

Em virtude da presente concessão, a concessionária fica

obrigada a todos os preceitos consignados no decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892, e especialmente aos seguintes:

1.º Executar os trabalhos de lavra segundo as regras da arte, submetendo-se o concessionário, director técnico, empregados e trabalhadores, às regras do policia estabelecidas nos regulamentos;

2.º Responder pelos danos e prejuizos que da lavra possam resultar a terceiro;

3.º Ressarcir os danos e prejuizos que possam sobrevir a terceiro do aparecimento de água dentro da mina, sua condução para fora ou sua incorporação em rios, arrosios ou desagudouros, quando se prove que elas são nocivas;

4.º Pagar os danos e prejuizos que causarem aos vizinhos pelas águas acumuladas nos trabalhos, se não as esgotar quando para isso seja intimado;

5.º Dar principio aos trabalhos dentro de três meses, a contar da data da publicação do alvará de concessão, salva a circunstância de força maior, devidamente comprovada;

6.º Ter a mina em constante estado de lavra activa;

7.º Executar as providências que lhe forem ordenadas e no prazo que lhe for marcado, para evitar a ruína dos trabalhos;

8.º Não fazer lavra ambiciosa que dificulte o ulterior aproveitamento do jazigo;

9.º Não suspender os trabalhos com intenção de os abandonar, sem dar parte ao Governador Civil e sem os deixar em bom estado de segurança;

10.º Satisfazer aos impostos que as leis estabelecerem;

11.º Enviar ao Ministério do Fomento, anualmente, relatórios e plantas dos trabalhos executados no período anterior;

12.º Não admitir novo director técnico, nem variar o plano da lavra, sem licença do Governo, ouvido o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas;

13.º Estabelecer as obras necessárias para a segurança e salubridade das povoações e dos operários;

14.º Executar as obras necessárias para evitar o extravio das águas de regas;

15.º Extrair do solo sómente as substâncias úteis, indicadas neste alvará, e as que com elas se acharem associadas;

16.º Não admitir, nos trabalhos subterrâneos, menores até a idade de catorze anos;

17.º Comunicar imediatamente à autoridade administrativa da respectiva localidade, e à Repartição de Minas, qualquer desastre que se dê nos trabalhos superficiais ou subterrâneos, a fim de que se possam averiguar as causas a que seja devido;

18.º Apresentar o plano de lavra dentro do prazo de doze meses, a contar da publicação do presente alvará, conforme é determinado pelo artigo 38.º do decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente alvará pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Não pagou direitos de mercê por os não dever.

E, por firmeza do que dito é, este vai por mim assinado e selado com o sêlo da República Portuguesa e com os a que se refere o decreto de 16 de Junho de 1911.

Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Maio de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*José Estêvão de Vasconcelos*.

(Lugar do sêlo da República Portuguesa).

Alvará concedendo por tempo ilimitado à Sociedade L'Urane, E. Urbain, A. Feigu & C.ª a propriedade da mina de urânio de Lanchais, situada na freguesia de Aguas Belas, concelho do Sabugal, distrito da Guarda, pela forma e com as prescrições retro declaradas.

Passou-se por despacho de 18 de Março de 1912. *Emídio Cardoso* o fez.

2.ª Secção

Manuel de Arriaga, Presidente da República Portuguesa, pelo voto da Assembléa Nacional Constituinte, faço saber aos que este meu alvará virem, que, tendo-me sido presente o requerimento em que António Martins Canhoto pede licença para explorar as nascentes de água minero-medicinal de Vidago Canhoto, na freguesia de Arcossó, concelho de Chavos, distrito de Vila Rial;

Vistos os documentos por onde se prova ter a requerente satisfeito a todos os preceitos estabelecidos no artigo 5.º do decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892, que regula o aproveitamento das águas minero-medicinaes e a exploração dos estabelecimentos anexo;

Vista a reclamação apresentada pela Empresa das Aguas do Vidago;

Tendo sido ouvidos o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas e o Conselho Superior de Higiene;

Hei por bem, conformando-me com as respectivas consultas, conceder definitivamente, por tempo ilimitado, a António Martins Canhoto, licença para explorar a nascente de água minero-medicinal de Vidago Canhoto, situada na freguesia de Arcossó, concelho de Chavos, distrito de Vila Rial, ficando sujeita a todos os encargos e obrigações impostos no mencionado decreto de 30 de Setembro de 1892 e a todas as leis o regulamentos em vigor ou que de futuro vierem a ser promulgados, devendo apresentar o certificado de análise química e da análise bacteriológica, depois de concluída a captagem definitiva da mencionada nascente.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades a

quem o conhecimento e execução do presente alvará pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Não pagou direitos de mercê por os não dever. E, por firmeza do que dito é, este vai por mim assinado e selado com o selo da República Portuguesa e com os a que se refere o decreto de 16 de Junho de 1911.

Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Maio de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *José Estêvão de Vasconcelos*.

Lugar do selo da República Portuguesa.

Alvará concedendo licença, por tempo ilimitado, a António Martins Canhoto, para explorar as nascentes de água mineral medicinal de Vidago Canhoto, situadas na freguesia de Arcosó, concelho de Chaves, distrito de Vila Real, pela forma e com as prescrições retro declaradas.

Passou-se por despacho de 6 de Abril de 1912. — *Emílio Cardoso*, o fez.

Direcção Geral da Agricultura

Repartição dos Serviços Agronómicos

Tendo em vista o disposto no artigo 6.º da lei de 24 de Abril último, publicada no *Diário do Governo* n.º 100, de 29 do mesmo mês:

Considerando que no regulamento aprovado pelo decreto de 7 do corrente mês se reconheceram dificuldades para a sua execução prática;

Tendo ainda em atenção que o mesmo regulamento apenas se devia referir à exportação de azeite nacional destinado aos países com que Portugal tenha tratados ou convenções comerciais que obriguem a declaração de procedência dos produtos; e

Sob proposta dos Ministros das Finanças e do Fomento:

Hei por bem aprovar as instruções regulamentares sobre a exportação do azeite nacional, que, fazendo parte integrante deste decreto, baixam assinadas pelos mesmos Ministros.

Os referidos Ministros assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, em 14 de Maio de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes* — *José Estêvão de Vasconcelos*.

Instruções regulamentares sobre a exportação de azeite nacional, a que se refere o decreto desta data

Artigo 1.º Durante a vigência da lei de 24 de Abril último, que autoriza a importação de azeite estrangeiro, até fim do mês de Outubro deste ano, com a redução do direito pautal a 80 réis por quilograma, líquido, a exportação do azeite nacional destinado aos países, com que Portugal tenha tratados ou convenções comerciais, que obriguem a declaração da origem do produto exportado, só se poderá fazer nos termos deste regulamento.

Art. 2.º Os exportadores de azeite nacional, destinado àqueles países, ficam obrigados a apresentar no Mercado Central dos Produtos Agrícolas ou nas suas delegações, oito dias antes de efectuarem o respectivo despacho de exportação, uma declaração da proveniência do azeite a exportar, e da qual constará:

- Nome do exportador, sua residência e local do armazém;
- Local da produção no país, e nome e residência do produtor a quem o azeite foi comprado;
- Quantidade que pretende exportar, e alfândega por onde a exportação se deverá realizar;
- Nome da embarcação em que o azeite será carregado, e porto de destino.

§ único. Os exportadores apresentarão no Mercado documento autêntico que comprove a aquisição, no país, do azeite que vai ser exportado.

Art. 3.º Os exportadores de azeite nacional, a que se refere este regulamento, ficam obrigados a pôr à disposição dos delegados do Mercado Central, ou agentes da Fiscalização dos Produtos Agrícolas que pela direcção do mesmo Mercado sejam requisitados, todos os elementos necessários, segundo a sua correspondência e escrita, que possam demonstrar a proveniência do produto que se pretende exportar.

Art. 4.º O Mercado Central passará aos exportadores, a que se refere este regulamento, os competentes certificados de origem do azeite nacional.

§ 1.º Estes certificados sómente serão passados aos exportadores que estejam nas condições expressas neste regulamento.

§ 2.º Os certificados terão dois talões e um talonete. O segundo talão, com o talonete, deverá ser enviado oficialmente à Alfândega de Lisboa, para que possa autorizar a exportação, devendo devolver ao Mercado Central o talonete, depois desta se ter efectuado.

§ 3.º Quando a exportação haja de ser feita por outra alfândega ou delegação aduaneira, a Alfândega de Lisboa, em vista do talão de certificado do Mercado Central, passará o seu competente certificado de origem, que autorizará o despacho do azeite.

§ 4.º A alfândega ou delegação aduaneira por onde se fizer a exportação do azeite, deverá verificar, ao levantar da remessa ou no acto de embarque, se o mesmo confere com o respectivo certificado, e exercer a necessária vigilância para que não haja alteração desta, até chegar ao navio em que tiver de ser embarcado, ou até ao seguimento da remessa para Espanha pelo caminho de ferro.

§ 5.º No caso previsto no § 3.º, logo que tenha sido efectuada a exportação do azeite, a respectiva estação

aduaneira avisará a Alfândega de Lisboa, a qual a seguir remeterá ao Mercado Central o competente talonete devidamente preenchido.

Art. 5.º Os despachos de exportação a que se refere este regulamento serão feitos em bilhetes do modelo especial, que não poderão ter seguimento sem apresentação do certificado de origem.

Art. 6.º Serão punidos nos termos do artigo 10.º e seu parágrafo, do decreto n.º 2, de 27 de Setembro de 1894, os responsáveis por falsas declarações, referindo-se a multa à quantidade de azeite que tenha sido declarada como nacional e que não tenha essa proveniência. Quando se descubra qualquer fraude da referida natureza, a fiscalização levantará o competente auto e selará imediatamente as respectivas vasilhas, enviando em seguida esse auto à autoridade fiscal que tenha de instaurar o processo, em conformidade com as disposições do referido decreto.

§ único. As proscricções deste artigo serão aplicáveis às inspecções a que, em qualquer época, se julgar necessário proceder.

Art. 7.º Nos termos do § único do artigo 4.º do decreto de 22 de Julho de 1905, «Organização dos Serviços do Fomento Comercial dos Produtos Agrícolas», nos armazéns do Mercado Central só se poderá transaccionar azeite nacional.

§ único. Estas transacções serão realizadas pelos corretores do mesmo Mercado, que ficam responsáveis pela procedência do produto.

Art. 8.º Compete ao Mercado Central de Produtos Agrícolas, à fiscalização dos mesmos produtos e às direcções das alfândegas, verificar o exacto cumprimento do disposto neste regulamento na parte que respectivamente lhes competir.

Art. 9.º Todas as infrações do disposto neste regulamento, a que não haja sido atribuída penalidade especial, serão punidas nos termos do artigo 13.º do decreto n.º 2 de 27 de Setembro de 1894.

Art. 10.º Todas as despesas que tiverem de fazer-se, para se encontrarem as verificações e fiscalização indicadas neste regulamento, serão pagas pelo fundo do Fomento Agrícola, a que se refere o artigo 64.º do decreto de 1 de Outubro de 1908.

Paços do Governo da República, em 14 de Maio de 1912. — *Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes* — *José Estêvão de Vasconcelos*.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

1.ª Direcção

1.ª Divisão

Despachos efectuados nas datas abaixo indicadas

Em 7 do corrente:

João Forjaz Pacheco, primeiro aspirante da estação de Vila das Velas (Ilha de S. Jorge) — transferido, por conveniência de serviço, para a estação telégrafo-postal de Angra do Heroísmo.

Genoveva de Jesus Correia e Silva — nomeada para o lugar de encarregada da estação telégrafo-postal de 4.ª classe, nos termos do artigo 240.º do decreto orgânico, com força de lei, de 24 de Maio de 1911, com o vencimento anual de 200\$000 réis e colocada na estação telégrafo-postal de Vila das Velas (Ilha de S. Jorge) na vaga do antecedente. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 11 de Maio de 1912).

Laura Sequeira Encarnação Forjaz — nomeada para o lugar de ajudante jornaleira da estação de Vila das Velas. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 11 de Maio de 1912).

Maria Ferreira da Silva Gonçalves — nomeada para o lugar de ajudante jornaleira da estação telégrafo-postal de Caminha. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 11 de Maio de 1912).

José Maria — nomeado para o lugar de encarregado da estação telégrafo-postal de 4.ª classe em Praia da Graciosa, com o vencimento anual de 200\$000 réis. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 11 de Maio de 1912).

Por despachos de 10:

Manuel Tavares Grêlo, segundo aspirante da estação de Bragança, e Ernesto Augusto Moura, segundo aspirante da estação de Évora — transferidos, reciprocamente, por assim o terem pedido.

Por despacho de 11:

Joaquim Chagas, primeiro aspirante, com exercício na 2.ª Direcção desta Administração Geral — transferido, por conveniência de serviço, para a Biblioteca da mesma Administração.

2.ª Divisão

Em despacho de 7 do corrente:

Rodolfo Pereira dos Reis — nomeado distribuidor rural do concelho do Cadaval, giro criado por despacho de 25 de Abril último. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 11 de Maio de 1912).

Em 10:

Adrião Nunes Petronilho — exonerado do lugar de servente da estação central do correio de Lisboa e nomeado carteiro supranumerário da mesma estação central.

Em decreto de 11:

Pedro Augusto Bombarda Calderon, primeiro aspirante do quadro dos correios de Lisboa e Porto — demittido do referido lugar, por se achar incursão no artigo 341.º do decreto com força de lei de 24 de Maio de 1911.

Em despacho de 11:

Bento José Peixoto — nomeado distribuidor supranumerário de Setúbal.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 14 de Maio de 1912. — O Administrador Geral, *António Maria da Silva*.

4.ª Direcção

1.ª Divisão

Para conhecimento das repartições, tribunais, autoridades e do público, se declara que na data abaixo mencionada se efectuou o seguinte despacho:

Portaria de 9 do corrente:

Determinando que seja aberta ao serviço público a estação telefona-postal de Aguada de Cima, concelho de Aguada, distrito de Aveiro.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 10 de Maio de 1912. — O Administrador Geral, *António Maria da Silva*.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Anuncia-se, em observância da carta de lei de 24 de Agosto de 1848, e decreto de 5 de Dezembro de 1910, haverem Maria Júlia de Faria Vieira Menezes Coelho, Ema de Menezes Vieira Coelho Pestana, Raúl de Menezes Vieira Coelho, Jorge de Menezes Vieira Coelho e Jaime de Menezes Vieira Coelho requerido o pagamento do que ficou em dívida a seu falecido marido e pai, António José Vieira Coelho, que era condutor principal, na inactividade, no Porto. (Processo n.º 2:155).

Qualquer pessoa que também se julgue com direito a esse pagamento ou a parte dele, requeira por esta Repartição, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 13 de Maio de 1912. — Pelo Chefe da Repartição, *António Ortigão Peres*.

Anuncia-se, em observância da carta de lei de 24 de Agosto de 1848, e decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haver Ana Isabel Moreira requerido o pagamento do que ficou em dívida a seu falecido marido António Moreira Duarte, que era amanuense encarregado da contabilidade da Direcção Fiscal da Exploração de Caminhos de Ferro. (Processo n.º 2:161).

Qualquer pessoa que também se julgue com direito a esse pagamento, ou a parte dele, requeira por esta Repartição, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 13 de Maio de 1912. — Pelo Chefe da Repartição, *António Ortigão Peres*.

Anuncia-se, em observância da carta de lei de 24 de Agosto de 1848, e decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haver Maria Rodrigues da Costa Góis requerido o pagamento do que ficou em dívida a seu falecido marido João Teófilo da Costa Góis, que era director das obras públicas do distrito de Coimbra. (Processo n.º 2:159).

Qualquer pessoa que também se julgue com direito a esse pagamento, ou a parte dele, requeira por esta Repartição, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 13 de Maio de 1912. — Pelo Chefe da Repartição, *António Ortigão Peres*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

2.ª Repartição

Despachos efectuados na data abaixo indicada

Por decretos de 11 do corrente mês:

João de Almeida Pinto Bastos — declarado sem efeito o decreto de 20 de Junho de 1907, pelo qual foi demittido do lugar de segundo official da Secretaria Geral do Governo Geral da provincia do Moçambique, devendo, porém, o referido funcionario continuar na mesma situação de suspenso, em que se encontrava à data do mencionado decreto, até a conclusão do inquérito sobre os factos irregulares que lhe foram atribuídos.

Arnaldo Eugénio Lopes, habilitado com o curso ordinário da Escola Colonial — nomeado para o lugar de official da Secretaria Geral do Governo da provincia de S. Tomé e Príncipe.

Bacharel Cactano Francisco Cláudio Eugénio Gonçalves, juiz do direito no quadro, sem exercício — promovido à magistratura de segunda instância do ultramar e nomeado juiz da Relação de Nova Goa.

Bacharel Manuel do Sacramento Monteiro, Procurador da República junto da Relação de Loanda — promovido à magistratura de segunda instância do ultramar e nomeado juiz da Relação de Nova Goa.